

GUSTAVO CORÇÃO E A REAÇÃO AO CONCÍLIO VATICANO II NO BRASIL

Christiane Jalles de Paula

Em 1959, o papa João XXIII em discurso histórico a 17 cardeais, proclamou como diretriz para o mundo católico a abertura de diálogo com modernidade. O *aggiornamento* culminou com a instauração de um sínodo romano, a convocação de um Concílio ecumênico e a atualização do código de direito canônico (Martina, 1997:277-78).

O longo período entre o último, e interrompido, Concílio ocorrido em 1870, e a nova assembléia convocada por João XXIII indica o momento ímpar de transformação e renovação que passou a instituição sob o pontificado de João XXIII. Tendo feito surgir uma nova época na Igreja Católica. Por outro lado, desnudou “a sua aparência de sua unidade ideológica” (Pierucci, Souza & Camargo, 1989:365). O *aggiornamento* mostrou-se, assim, paradoxal e arriscado. Transformação/reação, mudança/conservação, diálogo/intransigência foram antinomias que moldaram os discursos e posicionamentos dos membros da Igreja Católica. Este artigo analisa uma vertente da reação ao *aggiornamento* católico que se mostrou na produção de Gustavo Corção.

Gustavo Corção nasceu no Rio de Janeiro em 1896. Engenheiro, nas décadas de 1920 e 1930, foi simpático ao comunismo. Em 1936, morreu sua esposa, e o ocaso familiar lançou-o em crise existencial e culminou com a sua conversão ao catolicismo em 1939. Quase imediatamente, ocupou a liderança do laicato brasileiro, sem ter jamais ter se confinado ao trabalho nas hostes da Igreja. Exercitou-o tanto na Literatura, tendo publicado vários livros - *A descoberta do Outro*, 1944; *Três alqueires e uma vaca*, 1946; *Lições de Abismo*, 1951; *Fronteiras da Técnica*, 1953; *Dez anos*, 1956; *Claro e Escuro*, 1958; *O Desconcerto do Mundo*, 1961; *Duas Cidades, Dois Amores*, 1967; *A Tempo e Contratempo*, 1969 e *O Século do Nada*, 1973 – como na esfera pública, tendo sido colunista da *Tribuna da Imprensa*, entre 1949 e 1952, do *Diário de Notícias*, entre 1953 e 1967 e de *O Globo*, entre 1968 e 1978.

Homem da ação é um designativo adequado a Corção. Aspecto sempre presente. Emblemático até na escolha que fez ao tornar-se oblato da Ordem de São Bento: Paulo.

É mais do que reconhecido o papel e importância de Paulo para a história do cristianismo, bem como a narrativa de sua conversão. Importa-nos, aqui, a representação que Corção fez do seu encontro com a Luz. Homem novo que após a cegueira do ateísmo marxista, despiu-se da contemplação da ciência e da técnica e, do mesmo modo que Paulo, tornou-se um exemplo de ação católica, um defensor intransigente da fé, doutrina e disciplina católicas.¹

Na década de 1950, Corção combateu em defesa da civilização católica. Porém, o projeto modernizador para o catolicismo empreendido por João XXIII o levou a acreditar que seu mundo fundamental estava ameaçado. Passou, então a exercitar intensamente o ensinamento paulino de em libação, mas nunca recuar o combate em defesa da fé. Nesta fase travou um intransigente combate ao “progressismo” católico que, segundo ele, era a forma contemporânea do modernismo do século XIX. Momento de crise e conflito com as autoridades eclesiásticas que resultou simbolicamente no seu ocaso.

Este combate será o assunto desse texto. Para dar conta desse objetivo, utilizei os artigos de Corção publicados entre 1959 e 1978 no *Diário de Notícias* e *O Globo* e dividi o artigo em duas seções. A primeira seção tratará da recepção de Corção durante os preparativos e realização do Concílio que ocorreu entre 1959 e 1965. Quanto à segunda seção, abordarei as repercussões das mudanças indicadas pelo Vaticano II. Sabe-se que as mudanças não foram implantadas a um só tempo. Assim, as múltiplas temporalidades das transformações do Concílio produziram seus efeitos nas décadas de 1960 e 1970, recorte cronológico dessa segunda seção.

O Concílio Vaticano II e o *aggiornamento* católico

Em 1958, a eleição de Ângelo Roncalli, assumindo o nome de João XXIII, em seu discurso de posse, deixou claro que o catolicismo ingressava em um período de diálogo com o mundo moderno e as outras religiões². Em linhas gerais, o *aggiornamento* de João XXIII propunha a transformação do modelo de Igreja Católica

¹ Uma das passagens mais significativas deste espírito missionário e de ação de Paulo encontra-se na Segunda Carta a Timóteo capítulo 4, versículos 6 a 8: "Quanto a mim, já fui oferecido em libação, e chegou o tempo de minha partida. Combati o bom combate, terminei a minha carreira, guardei a fé. Desde já me está reservada a coroa da justiça, que me dará o Senhor, justo juiz, naquele Dia; e não somente a mim, mas a todos os que tiverem esperado com amor a sua Aparição".

² Sobre a eleição e o primeiro discurso de João XXIII, ver Martina.

forjado pelo Concílio de Trento. Dessa forma, três meses após a sua eleição, em discurso aos Cardeais em Roma, João XXIII deu início ao desmoronamento das bases tridentinas com a convocação do Concílio, tendo por objetivo o ajuste do catolicismo à modernidade. Cercado de indefinições, o do projeto modernizador de João XXIII deu-se a conhecer em 15 de maio de maio de 1961, quando foi publicada a encíclica *Mater et Magistra*, comemorativa do septuagésimo aniversário da Encíclica *Rerum Novarum*. Sua mensagem era uma atualização das respostas católicas para os problemas da época. Nesta, o Papa assinala a fase de renovação e o diálogo com o mundo moderno, tratando, inclusive, dos problemas envolvendo os países subdesenvolvidos (Pierucci, Souza & Camargo, 1989:365). A recepção da encíclica provocou debates nos círculos católicos, reavivando não só a posição dos progressistas, mas, também, a reação conservadora. No Brasil, foi publicada, na íntegra, pela revista Síntese Política Econômica e Social, acrescida de comentários de Alceu Amoroso Lima, Paulo Sá, Manuel Diégues Júnior e do padre Fernando Bastos d'Ávila. Estes analisavam e defendiam como novidade do documento a utilização do conceito de “socialização”. Corção atacou esta interpretação e afirmou o caráter defensivo da Tradição da *Mater et Magistra*. Outro ponto questionado foi a tradução brasileira de ‘socialização’. Para Corção o vocábulo exprimia a interpretação equivocada e capciosa da esquerda católica, principalmente no que se referia ao papel do Estado na economia e da iniciativa privada. Seu objetivo era evidente: municiar a posição estatizante e dar subsídios aos que viam “correlação entre comunismo e justiça social, entre socialismo e interesse pelos pobres” (05/09/1961).

O início do Concílio Vaticano II foi bem recebido. Havia na produção de Corção esperanças de que o Concílio indicasse claramente o caminho a seguir, “em vista da tremenda perturbação dos tempos presentes” (17/12/1961). Tal ânimo foi abalado com a publicação da nova mensagem papal, *Pacem in Terris*, em 1963. Corção, novamente, interpretou um documento pontifício à luz da tradição, ignorando a abertura da encíclica de João XXIII. Note-se que a *Pacem in Terris* fora divulgada no País, no momento em que ocorria o debate sobre reforma agrária, com a proposta do governo tramitando no Congresso Nacional. Corção, claramente, temia que esta encíclica também fosse apropriada pelas forças “ditas” progressistas – tanto na Igreja Católica e dos católicos como da sociedade brasileira – que a divulgariam em acordo com seus equívocos interpretativos e ideológicos. Fazia mister, portanto, destacar os princípios básicos dos

textos papais, que pregavam a permanência da tradição doutrinária na nova encíclica – o personalismo cristão, a recusa ao liberalismo e ao totalitarismo. Não deixou de realçar, contudo, a ausência do termo ‘comunismo’ e o destaque do documento papal à fome, miséria, subdesenvolvimento – palavras que despertaram os maiores temores em Corção e que o levaram a uma posição mais reativa do que a que tivera em relação à *Mater et Magistra*.

A morte de João XXIII, em junho de 1963, provoca em Corção uma atitude paradoxal. Por um lado, aplaude a severidade de seus textos pontifícios; por outro, questiona a grande popularidade alcançada pelo Papa entre os não-católicos. Sua construção metafórica do Papado de João XXIII como uma espécie de Domingo de Ramos explicita suas suspeitas de que estaria se repetindo o episódio da aclamação a Jesus, que, naquele dia, fora saudado como rei, e três dias depois, repellido. Pois, “ao lado de maior sinceridade, haverá muita hipocrisia e muita impostura” (7/6/1963) sobre as mensagens do Papa Bom. A eleição do cardeal Montini, logo depois, foi louvada e esperanças renovadas que o novo papa – Paulo VI – combatesse o comunismo e as “novidades”, e também defendesse a Verdade.

Parecia-lhe impossível aceitar que a mensagem do diálogo realmente partira da Igreja. A rigidez do catolicismo fundado na autoridade, na unidade e na semelhança e seu inconformismo com os defensores do diálogo transpareceram com toda a força em seu combate contra Alceu Amoroso Lima, a quem percebia e perseguia como um dos mentores da “falsa interpretação” divulgada, no Brasil, dos documentos papais. Esta oposição mudou a história de Corção no mundo católico brasileiro. Corção deixou o Centro Dom Vital, inconformado com as interpretações de Alceu, então presidente do Centro, e seu apelo de liberdade de opinião. O rompimento concretizou-se. A partir de então, expôs-se publicamente que os dois líderes do laicato representavam e lideravam correntes antagônicas no catolicismo brasileiro: Alceu, aberto às diretrizes papais, guia dos “progressistas”; Corção, fechado à Igreja do diálogo e do ecumenismo, líder dos integristas.

Pari passu a perda da estrutura e do respaldo do Centro, Corção estabeleceu contato com os tradicionalistas franceses, cujos expoentes eram Jean Ousset³ e sua

³Militante da Ação Francesa e secretário de Charles Maurras, durante a Segunda Guerra esteve ligado à legião francesa de combatentes, um dos braços armados do regime Vichy. Em 1946, fundou, com Jean Masson, *La Cite Catholique*, movimento de leigos franceses integristas. Um dos líderes do movimento

revista, a *Permanences*; Louis Salleron⁴ e Jean Madiran⁵, da revista *Itinéraires*. Neste momento, Corção consolidou seu afastamento do Maritain de *Humanismo Integral e Cristianismo e Democracia* e voltou-se para o “primeiro Maritain”, da Ação Francesa, de *Antimoderne* (1922). Indubitavelmente, a mudança de suas referências intelectuais constituiu aspecto importante e revelador na sua trajetória dentro do catolicismo. Tal constatação vê-se reforçada pela sua ruptura com seu mestre de conversão Jacques Maritain.

Em 1965, os debates do quarto período do Concílio Ecumênico Vaticano II acabaram com as tênues esperanças de Corção. E, antes mesmo do encerramento do Vaticano II, já cerrara fileiras na Igreja do Concílio de Trento. Recorreu às entrevistas e às mensagens dos membros mais conservadores do Concílio, como o cardeal Ottaviani e o bispo italiano Dom Marafini, para afirmar que o inimigo espreitava na Igreja: “para perder as almas no ambiente do mundo moderno, ele [diabo] prefere esconder-se atrás das palhaçadas do nacionalismo ou do liberalismo, que tentam modernizar a Igreja e despi-la das ridículas armas da Idade Média” (28/09/1965). O recurso ao diabo, a satanás, ao demônio e o acento à salvação/perdição das almas, temas tão caros à retórica católica e que estruturaram o projeto tridentino, tornaram-se sua obsessão e armas de combate.

O Concílio chegou ao fim em 8 de dezembro de 1965, e Corção teceu comentários ácidos e já deixaram divisar a luta que ele empreenderá: “O Concílio terá sido uma grande solenidade enquanto funcionou: foi outra grande solenidade quando se encerrou. Agora, começa a revoada de bispos em sentido contrário” (10/12/1965).

Corção: um expoente da reação ao Vaticano II no Brasil

Cada vez mais, os perigos vindos de Roma assustavam Corção. Em seu artigo de 1º de maio de 1966, no qual comentava o encontro de Paulo VI com dirigentes

anticomunista na França, Ousset foi aliado do Monsenhor Lefèbvre e da Fraternidade Sacertodal São Pio X, criada em 1970 por Lefèbvre. Ousset foi um nome bastante importante entre os católicos conservadores da Argentina.

⁴ Nascido em 1905, professor de economia política no Instituto Católico de Paris, fundou com Jean Madiran, Henri Charlier e Henri Pourrat a *Itinéraires*. Foi também redator chefe da revista *Courrier Royal*. Faleceu em 1992.

⁵ Pseudônimo de Jean Arfel, nascido em 1920, foi secretário de Maurras. Em 1956, junto com outros nomes do nacional-catolicismo francês fundou a revista *Itinéraires*. Foi diretor de redação do jornal *Présent* e integrou o *Front National*, partido de extrema-direita liderado por Jean-Marie Le Pen.

comunistas, declara não acreditar nas notícias que davam conta da proposta de diálogo do Papa com os comunistas, e sim num encontro em que o pontífice se proporia a convertê-los.

Em fins de 1966, os debates internos do catolicismo ganham novo ânimo, com a publicação do livro de Maritain “*Le paysan de la Garonne. Un vieux laïc s’interroge à propos du temps présent*”, no qual o filósofo católico tece considerações dissonantes às resoluções do Concílio Vaticano II e à obra de Teilhard de Chardin. Desde janeiro de 1965, Corção vinha denunciando o aspecto “não-cristão” e heterodoxo, e a publicidade que os progressistas conseguiram para as obras de Chardin (1º e 21/01/1965). O acirramento do combate ao teilhardismo, contudo, ocorreu em dezembro de 1966, quando Corção escreve uma crônica onde analisa o livro de Maritain e a coincidência feliz das suas conclusões com o velho mestre, quanto aos rumos da Igreja Católica discutidos no Vaticano II e a influência nefasta do evolucionismo de Chardin para o mundo católico.

Na Páscoa de 1967, o Papa Paulo VI divulgou a encíclica *Populorum Progressio*, e suas idéias de desenvolvimento e a preocupação do Papa com a situação de injustiça sócio-político-econômica dos países subdesenvolvidos foram recebidas entusiasticamente pelos setores mais progressistas do catolicismo brasileiro e de toda a América Latina (Mainwaring, 1989:132). A tal ponto, que o fato recebeu de Corção comentários ácidos e perigosos para um católico: “[...] desejo um cisma [...]. Não há nenhuma extravagância em meu desejo. [...] Tenho diante dos olhos, espetáculos, declarações, pronunciamentos que provam abundantemente que já não são mais católicos os seus autores. [...] Os inimigos da Igreja estão fingindo que são da Igreja” (09/04/1967).

A reforma litúrgica que simplificava os ritos católicos e resgatar a liturgia dos primeiros cristãos e havia sido promulgada pelo Papa Paulo VI, em 4 de dezembro de 1963, com a Constituição *Sacrosanctum Concilium* só começou a ser implantada no Brasil em 1967. Neste ano, foram instituídas a nova missa, em língua vernácula, com a possibilidade de recebimento do Corpo de Cristo nas mãos, as missas destinadas aos jovens. Evidentemente, as novidades foram repelidas por Corção, que defendeu o retorno da missa “rezada em latim e cantada em canto gregoriano” (09/07/1967). Evidentemente, foi também rechaçada a proximidade dos padres com assistência nas

Igrejas, assim como as paraliturgias, que se constituiriam em “esvaziamento do cristianismo” (04/06/1967).

No mesmo diapasão foram as suas críticas às reformas pastorais. Em 1966, a CNBB lançara o Plano Pastoral de Conjunto (PPC), cujo objetivo era renovar a reflexão e formação dos agentes pastorais à luz do Vaticano II. Neste processo, foram criados os órgãos de formação pastoral: primeiro, o Instituto de Pastoral Catequética (ISPAC), depois, o Instituto de Pastoral Vocacional (ISPAV) e, finalmente, o Instituto de Pastoral Litúrgica (ISPAL). Para Corção, a renovação pastoral era fonte de apostasia.

Em outubro de 1967, a arquidiocese do Rio de Janeiro participa das comemorações dos 450 anos da Igreja Luterana. Corção escreve um artigo violentíssimo contra a decisão: “há qualquer coisa de desvairado, desarticulado, desnorteado nesse hiper-ecumenismo que pretende realizar a união das Igrejas a partir da total desvalorização da própria” (25/10/1967 – grifo meu).

A derrota no contexto lingüístico a recepção do Vaticano II, evidenciada pelas expressões: *renovada*, *nova*, ou *pós-conciliar* que passaram a acompanhar a Igreja com o Vaticano II. Mudando a estratégia, passa a dirigir-se às autoridades eclesásticas. Apela aos que não haviam ainda se convertido ao “modernismo” e ao “progressismo”, e constituíam a maioria, para que combatessem com vigor as tendências modernistas do clero brasileiro, ou seja, as iniciativas de aplicar as diretrizes do Vaticano II à realidade da Igreja Católica do Brasil. Assim, durante o ano de 1968, Corção realiza ferrenha campanha em suas colunas, pelo enquadramento das freiras, padres, bispos, arcebispos, ordens religiosas e institutos católicos, e pede aos leitores concordantes com a defesa da “verdadeira Igreja Católica” desenvolvida por ele que também pressionassem o Episcopado. Seu apelo não se dirigiu ao órgão representativo do Episcopado – a CNBB, mas aos indivíduos que ocupavam as dioceses. Para ele, a CNBB não mais exercia sua autoridade.

Revela-se, no entanto, vã a tênue esperança de um pronunciamento da maioria dos bispos em concordância com seus apelos. Caso emblemático ocorre em julho, quando na IX Assembléia Geral da CNBB é apresentado um manifesto assinado por 350 padres dos estados da Guanabara, São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro, discorrendo sobre uma série de problemas nas pastorais e propondo como solução a criação de comunidades de base. A reação de Corção à Assembléia da CNBB foi virulenta: “se os

senhores padres acham que podem brincar com as coisas da Igreja e inventar um novo figurino de presbítero, hão de convir que um velho leigo tem todo o direito de não mais os levar a sério” (25/7/1968). E, continuou, advertindo o episcopado, “devemos todos, a começar pelos bispos, levar muito a sério esse fenômeno que dia a dia invade o mundo católico [...] há no clero alvoroçado um fenômeno de protestantização” (25/07/1968).

Em agosto de 1968, Corção fundou a associação cultural católica Permanência. O lançamento teve repercussão e foi, na ocasião, matéria do jornal *O Globo*, que destacou a presença de civis, religiosos e militares no auditório do Ministério da Educação, bem como ressaltou seu objetivo "o combate às confusões e deformações da Igreja no Brasil, introduzidas pela chamada ala progressista do clero" (*O Globo* 19/08/1968). Permanência realizava conferências semanais sobre teologia, cultura humanista, religião, tradição grega e canto gregoriano e contava com uma revista de mesmo nome, dirigida por Alfredo Lage (Antoine, 1973:44).

Corção em 14 de setembro de 1968, publicou em sua tribuna, uma carta aberta ao núncio apostólico, D. Sebastião Baggio, assinada por ele e seus partidários, denunciando a recepção “deturpada” do Concílio no Brasil. A atitude de um leigo de recorrer à representação romana no país expressou para os meios católicos que os signatários consideravam-se os legítimos representantes do laicato brasileiro e intérpretes da doutrina. Ademais, reconhecia que a direção do Episcopado nacional não representava e conduzia adequadamente a Igreja Católica no país, o que constitui exemplarmente a completa cisão com a Hierarquia brasileira.

A radicalização expressou-se numa ruptura de tal monta, que o respeito hierárquico inerente ao mundo católico se esvaneceu. Não havia mais mediação ou conciliação possível. Efetivou-se a noção de que coexistiam duas Igrejas, e, como um cruzado, Corção desenvolveria inúmeras campanhas contra a “Outra”. As denúncias de que segmentos do clero brasileiro pretendiam a comunização do país e da Igreja não constituem uma novidade no final da década de 1960. É, porém, perceptível a mudança no conteúdo e na tonalidade do combate após o Vaticano II.

A primeira investida de Corção contra os colégios católicos ocorrera ainda em 1968, quando fez a seguinte denúncia, perdida despretensiosamente no penúltimo parágrafo do artigo publicado em 29/06/1968: “Há colégios religiosos em que as madres, que ainda anteontem se confessavam tremendo quando viam um mosquito nu

no banheiro, mostram bondosamente, a meninas de seis anos, com figuras e bonecos de plásticos, como é que fazem o papai e a mamãe”. Ressalte-se o momento de transformação nas instituições de ensino católicas naquele período em que padres e freiras engajavam-se nas orientações do Vaticano II, participando das passeatas contra o regime ao lado dos estudantes e flexibilizando as rígidas regras de comportamento até então adotadas. As insinuações contra as instituições católicas de ensino continuariam, mas foi em 1º de fevereiro de 1969 que a radicalização tomou proporções até então inimagináveis no universo católico. Com o título “Colégios católicos que se fecham”, Corção iniciou uma ofensiva contra o Colégio Sion, com conseqüências nefastas para a instituição. A denúncia, segundo Corção, partira de uma aluna do colégio, que não seria citada para que não sofresse, por parte das freiras, “perseguições” nem “punições”. Conforme os relatos da “menina”, ela fora solicitada, em sala de aula, a descrever um ato sexual, como atividade de uma das disciplinas ministradas na escola. Além disso, Corção citou cartas de mães de alunas criticando as diretrizes do Sion, acusando o colégio de subverter a religião católica, uma vez que fazia concessões às novidades propagadas naquele período. O Sion, em 1969, à luz dos documentos pontifícios, engajara-se no movimento ecumênico. Além disso, iniciara o sistema de educação misto (meninos e meninas) e reformara a linha pedagógica, ao adotar, por exemplo, o livro de José Lins do Rego “Meninos do Engenho”, considerado então uma obra que incentivava a sodomia entre seus alunos.

O caso gerou uma carta de repúdio do presidente do núcleo dos pais do Sion, tachando o artigo de “calunioso e perverso” e pedindo às autoridades eclesiásticas ou jurídicas que sustassem a busca de sensacionalismo do “outrora grande pensador” e líder católico (O Globo, 05/02/1969). Um mês depois, uma das mães, citada por Corção, escreve ao jornal, contestando-lhe as informações e o teor do artigo.

Ao mesmo tempo, investe contra o padre operário francês Wauthier, participante da primeira greve de metalúrgicos após o golpe de 1964, conhecida como Greve de Osasco, que foi preso e deportado, ainda que não tivesse contra si nenhum processo de expulsão do país. Em fevereiro de 1969, em tentativa de desqualificar a atuação dos padres operários, o *Jornal da Tarde* (SP) publica uma matéria sobre a situação do padre Wauthier na França, em que se afirmava ser ele casado com “uma moça loura da alta sociedade de Paris, e vivendo muito tranqüilamente em Cannes” (Centro de Pastoral

Vergueiro, 1979:46). Corção, imediatamente, repercute a difamação, em um artigo intitulado “Será proveitosa a lição?”, onde, além da denúncia contra a honra do sacerdote, finaliza com o seguinte apelo ao Episcopado: “pelo amor de Deus, aproveitem, utilizem, prestigiem o bom discernimento que temos provado e que colocamos à sua disposição para a grande tarefa em comum” (Centro de Pastoral Vergueiro, 1979:46). Padre Wauthier enviaria uma resposta a Corção e exigiria direito de resposta, o que não lhe foi concedido (Centro de Pastoral Vergueiro, 1979:46).

Em abril de 1969, Paulo VI apresenta o Novo Missal, que veio institucionalizar essas e outras mudanças litúrgicas. Corção, que, durante o Concílio Vaticano II, não vira com bons olhos a iniciativa, radicalizou sua posição. A partir de então, oscilou entre a condenação aos posicionamentos políticos do mundo católico e as diretrizes vaticanas.

No plano institucional, as relações da Igreja com o Estado brasileiro tornavam-se cada vez mais conflitantes, independentemente de serem ocasionadas pela repressão no meio católico ou pelas primeiras posições da instituição católica contra a prática de torturas.

Entre a cruz e a espada, Corção havia feito a sua opção que, por um lado, significou a perda de seu poder simbólico nos meios católicos brasileiros e, de outro, o seu reconhecimento entre os integristas franceses e, no Brasil, nos círculos católicos mais conservadores, como o liderado por D. Geraldo Sigaud. Essa afirmação pode ser exemplificada por vários movimentos.

Um deles foi uma reação à Ordem dos Dominicanos. Em novembro de 1969, dois frades dominicanos foram presos, acusados de envolvimento com a “guerrilha” (Betto, 2006). Os atritos de Corção com a Ordem dos Dominicanos tinham um longo histórico, tendo-se iniciado em 1965, com as acusações de que a Ordem apoiava a AP, e alcançado o ápice com a celebração, na Sexta-Feira Santa de 1968, do ato litúrgico “A Paixão segundo Cristo”, que aludia à morte do estudante Édson Luís como a de Jesus Cristo. A versão de comprovação da relação dos dominicanos com a “guerrilha” foi explorada por Corção, que acusou: “as autoridades eclesíásticas [que], em várias áreas do país, em vez de combater a comunização do clero, patrocinaram-na” (13/11/1969). O expurgo que houvera nos meios políticos e nas organizações sociais após o golpe e, principalmente, com o AI-5, era insistentemente requerido à hierarquia católica. Corção

não estava sozinho nessa batalha: a TFP⁶ e o grupo da revista Hora Presente comungavam as mesmas idéias. Unindo-se a antigos adversários, Corção rompia mais uma vez com o conservador que fora nos anos 1950, e assumia sua face reacionária.

Outro movimento foi o de acusação de imobilismo por parte das autoridades eclesiais. No início do mês maio de 1970, antes que ocorresse a nova XI Assembléia Geral da CNBB, Corção acusa diretamente a CNBB pelo “desmoronamento” da Igreja Católica. Durante a reunião, foi encaminhado aos bispos um documento assinado por mais de duzentos leigos, encabeçado por Corção, denunciando a infiltração marxista na Igreja Católica, sob o disfarce teológico. O documento não chegou a ser discutido no encontro por falta de tempo hábil. O silêncio o levou a formular críticas cada vez mais radicais.

Em janeiro de 1972, D. Eugênio Sales adverte, no programa de rádio A Voz do Pastor, depois reproduzido nos espaços que a arquidiocese mantinha nos jornais, que naquele período havia duas classes de pessoas que julgavam a Igreja: “os que se cristalizam e aqueles que embarcam no torvelinho de idéias, aceitando, sem reflexão, ideologias e atitudes do momento” (*O Globo* 22/01/1972). E criticando os dois extremos de catolicismo que se alastravam, conclui que as diretrizes a serem seguidas eram as proclamadas pelo Episcopado Nacional, o legítimo intérprete das determinações vaticanas.

Sentindo-se atingido pelas recriminações, Corção dirige violenta resposta a D. Eugênio Sales, na crônica intitulada “Dialogando com o meu Pastor”, datada de 27 de janeiro. Nela, insurge-se contra o esquema binário do arcebispo e contra o fato de a maior parte das críticas terem sido dirigidas aos imobilistas, tachando os que combatem pela doutrina de “energúmenos”, enquanto, para “o outro lado”, utilizara-se de “termos hesitantes”. E indaga: Que atitude tomar frente à barca de s. Pedro, que ameaça naufragar? Concluindo, então, que a declaração de D. Eugênio Sales lhe revelaria a “terrificante consequência de excomunhão. Me deixa excomungado [...], eu e todas as pessoas que comigo militam, estamos excluídos e, portanto, fora da comunhão católica”.

⁶ A TFP foi fundada em 1960 por Plínio Correia de Oliveira, com o apoio dos bispos d. Antônio de Castro Mayer, de Campos, e d. Geraldo Proença Sigaud, de Diamantina., para maiores informações ver DHBB, 2001:5535.

Esta resposta pública de Corção a uma admoestação implícita suscitou enorme polêmica. A quebra da hierarquia do leigo Corção para com um bispo alcançara patamares até então evitados. A réplica leva Roberto Marinho – seu confrade e dono do *O Globo* – a ver-se obrigado a interceder, publicando uma carta, na qual chamava a atenção para a importância “do respeito à hierarquia”, e onde também retrucava a certas interpretações dadas por Corção à declaração de D. Eugênio Sales – por exemplo, a insinuação de que o Arcebispo aceitava propostas progressistas da Igreja. E apelou para que ele buscasse o equilíbrio, como recomendara o Pastor (*O Globo* 05/02/1972).

A acusação fundamental a Corção, de que com sua atitude romperia com o princípio hierárquico do catolicismo, ligou-se à da sua “protestantização”. Sem dúvida, é possível encontrar traços em seus escritos posteriores ao Concílio Vaticano II que corroboram essa tese. Não há, contudo, nenhum indício de ruptura. A luta era para ser travada dentro da Igreja. Para Corção, a “heresia” se encontrava nos modernistas, nunca entre os que compartilham da perspectiva de que a *orbe* católica estaria em crise. Apesar da evidente quebra hierárquica, note-se que o lugar de Corção foi sempre pela integridade da doutrina.

Dessa forma, pode-se compreender, no ano seguinte, o novo embate de Corção com a Cúria Metropolitana. Suas críticas eram dirigidas às “comunidades de base” e ao desmantelamento do *orbe* católica. Em janeiro, Corção investiu novamente contra a CNBB, afirmando: “É a própria Hierarquia que instila o veneno [...] são os Bispos, com algumas santas exceções, que estão comandando a destruição da autoridade, a democratização, a comunização, a pulverização da Igreja” (22/01/1973).

A reação de D. Eugênio Sales foi muito dura. Em nova mensagem publicada em todos os jornais, a Cúria Metropolitana deslegitima o discurso do católico Corção, ao exortar: “a todos os fiéis desta Arquidiocese, a não seguirem, em matéria religiosa, orientação de pessoas que, embora credoras de consideração por larga folha de serviços prestados à Igreja, hoje se excedem e fazem, sem perceber, causa comum com as forças que pretendem combatê-la” (*O Globo*, 02/02/1973 – grifos meus)

O impacto da nota pode ser percebido na moção de desagravo publicado no jornal *O Globo*, em 10 de fevereiro. Encabeçado pelo vice-reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Hélio Fraga, teve mais de uma centena de assinaturas. E mostrou, ao mesmo tempo, a sua força e, também, a sua fragilidade, pois

somente o mundo civil o subscreveu. Os sacerdotes e religiosos que o apoiavam não o fizeram publicamente, por temor das conseqüências de romper com a medida adotada por D. Eugênio Sales. O movimento revelava-se extremamente arriscado, mas também um reforço no seu alinhamento com as posições mais conservadoras e reacionárias, tanto que ainda em 1973, em novembro, quando tornou-se colaborador da *Itinéraires*.

O espírito de cruzada que o animara também havia operado mudança radical, aproximando-o do regime franquista. A querela e a cisão que provocara, nos meios católicos, a guerra civil espanhola, entre 1936 a 1939, delimitara dois campos opostos de visão política dos católicos: os mais liberais, favoráveis ao governo republicano, e os autoritários, partidários dos insurgentes (monarquistas, católicos e membros da Falange). Corção, que fora um crítico feroz do franquismo, nos anos 70, transmudou-se e reconheceu a Espanha como ordem política e social ideal, uma vez que a cruzada anticomunista mantinha-se hodierna, e cabia à hierarquia católica prestigiá-la e fortalecê-la. Entretanto, a Igreja conservava-se relativamente distante do regime franquista. Além disso, a morte de Francisco Franco, em 1975, desencadeara o processo de redemocratização na Espanha que, em suas idas e vindas, sofreu retrocesso em janeiro de 1976, quando o governo espanhol condenou cinco opositores à pena capital. Tal medida foi condenada pelo Papa Paulo VI.

A repreensão vaticana explicitou que a Igreja não compartilhava o ideário político-social do franquismo e, principalmente, a cruzada anticomunista, o que levou Corção a atacar Paulo VI: “Por mim, não posso crer que tais palavras foram pronunciadas por um Papa Católico. [...] ISTO É O COMUNISMO, que hoje recebe sufrágio de admiração da Outra Igreja” (22/01/1976 – grifos meus).

Apesar das mudanças implantadas no Vaticano II, o princípio do catolicismo ainda está assentado na universalidade que se faz presença na obediência à principal autoridade da Igreja Católica: o Papa. A hierarquia e obediência, portanto, são os pilares da Igreja Católica, com o Papa presidindo o colégio episcopal, transmitindo suas orientações aos bispos (líderes máximos na igreja nacional), os encarregados de divulgá-las juntos aos padres, que orientam os leigos. No mundo católico, portanto, não é permitido opor-se às decisões e pronunciamentos papais, e Corção insurgira-se contra essa máxima da instituição.

No dia seguinte ao artigo, D. Eugênio Sales torna pública a seguinte declaração: “A Arquidiocese [...] condena com veemência a atitude do Sr. Gustavo Corção. Outrossim, adverte os fiéis de que semelhantes manifestações conduzem à ruptura com a Comunhão Eclesial” (*O Globo*, 24/01/1976).

No caso de Corção, não surpreende, portanto, o ostracismo que a interdição eclesiástica legou ao combatente católico. A rejeição de seu pastor expunha a ruptura com o último laço que o prendia ao catolicismo: o ultramontanismo. Ou seja, Corção não perfilhava nem mais no sistema que defendia a autoridade absoluta do Papa em matéria de fé e disciplina.

Considerações finais

Corção, em um de seus artigos em *O Globo*, defendeu que a divisão que a antítese que explicaria a Igreja pós-Vaticano II seria entre os “católicos-católicos” e os “avançados, modernistas, progressistas ou liberais”. Os primeiros não seriam conservadores, e sim defensores da Igreja, de sua tradição, da fé e da doutrina, ou seja, os tradicionalistas. Os outros seriam os que crêem na Ciência, na História, no Progresso. Sem dúvida, Corção procedeu a sua análise com as categorias da crise que vivera a Igreja Católica no século XIX e primeira metade do XX, recuperando, para os anos pós-Vaticano II, ainda que escamoteie com o nome de “católicos-católicos”, os integristas. Seus apelos consistiam numa tentativa de despertar ou reacender nos meios católicos brasileiros a força do integrismo.

O traço conservador dos discursos na imprensa de Corção foi uma constante. Caracterizá-lo, portanto, simplesmente um tradicionalista reduz o alcance de sua crítica e participação. Karl Mannheim (1969), no clássico estudo sobre o Pensamento Conservador, adverte-nos sobre a distinção conservadorismo/tradicionalismo. Ainda que possamos tomá-los como sinônimos, e de certa forma o são, suas diferenças são claras. O conservadorismo depende de uma série de circunstâncias concretas, enfrenta a transformação com a ordem, e na práxis ganha sentido. Enquanto o tradicionalismo é um fenômeno mais ou menos universal e significa uma tendência a velhos modos de vida que podemos considerar como quase naturais.

Dogmaticamente, seu discurso político realçou a distinção da autoridade. Uma autoridade sempre presente, por vezes espectral, nem sempre retilínea, mas a

caracterizar o conservador. E mais: um representante do integrismo na Igreja Católica, apesar de jamais assumir plenamente esta disposição teológica. Disposição teológica católica que, como destaca Pierrucci (1999:189), caracterizada por “1) a autoridade sacra para a qual se pretende a inerrância literal é o texto papal (melhor dizendo, certos textos de certos papas) e não a Sagrada Escritura; 2) a motivação do zelo militante é a defesa dos valores religiosos ameaçados de decomposição pelos efeitos da modernidade; 3) a modernidade, por conseguinte, é pensada como síndrome antagônica à tradição (inventada, cf. Hobsbawn & Ranger, 1984) que se quer a todo custo preservar; 4) numa sociedade condenada a se desagregar pelos próprios erros, o único e legítimo portador da boa ordem sócio-política a restaurar é a igreja católica hierárquica, o alto clero; 5) para a restauração de uma sociedade integralmente cristã, quer dizer, confessional em seu conjunto, é indispensável a manipulação ou o exercício do poder político”.

O espectro do comunismo foi o catalisador dos medos de Corção, além de *leitmotiv* da exacerbação do seu conservadorismo. Ameaça sócio-política que transferiu-se para a Igreja Católica após o Vaticano II, chamada por ele de “A Outra”. O comunismo era, portanto, o “ópio do clero”, que, incrustado nas hostes da Igreja pós-conciliar, era ignorado pela hierarquia e, até, por nomes como de Maritain. Fato no *orbe* católico que, para Corção, degenerou em “progressismo”. Sua gênese era a esquerda católica francesa dos anos 40. Os responsáveis: a revista *Esprit*, Emmanuel Mounier, a revista *Sept*, Lebreton, os dominicanos; que propagaram, sem resistência, os germes do “progressismo” que tomou forma definitiva no Concílio Vaticano II.

Bibliografia

ANTOINE, Pe. Charles – *O integrismo brasileiro*. Tradução João Guilherme Linke. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

BETTO, Frei – *Batismo de sangue: guerrilha e morte de Carlos Marighella*. Rio de Janeiro: Rocco, 14ª edição, 2006.

CENTRO DE PASTORAL VERGUEIRO (1978) – *As relações igreja-estado no Brasil, 1964-1978*. São Paulo. Série Cadernos de Informação nº 3.

CORÇÃO, Gustavo – *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro (1953-1967).

_____. – *O Globo*, Rio de Janeiro (1968-1978).

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO: PÓS-1930. ABREU, Alzira Alves de *et alli* (orgs.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

GASPARI, Elio – *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b.

MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.

MANNHEIM, Karl. Conservative Thought. In: *Essays on Sociology and Social Psychology*. Londres: Routledge & Regan Paul, 1969.

MARTINA, Giacomo – *História da Igreja: de Lutero a nossos dias. Vol 4 – a era contemporânea*. Tradução de Orlando Soares Moreira. São Paulo: Loyola, 1997.

O GLOBO. *Carta do diretor de O Globo*. 05/02/1972.

O GLOBO. *Cúria exorta fiéis a evitar quem a combate*. 02/02/1973.

PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira. *Ciladas da diferença*. São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia: Editora 34, 1999.